

Um mal-estar social em expansão

Menos pobres, mais empobrecimento

Os dados mais recentes, relativos a 2021, apontam para uma redução da pobreza em Portugal. Mas como podem eles ser interpretados e o que pode desde já reflectir-se sobre as evoluções entretanto ocorridas, em contexto de redução significativa do poder de compra, face a um aumento incontrolado do custo de vida, em particular dos bens e serviços do cabaz essencial?

JORGE CALEIRAS e MARIA CLARA OLIVEIRA *

No decorrer do mês de Janeiro, foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) dados que apontavam para uma redução da pobreza em Portugal em 2021. Se esta é uma notícia a ser saudada, ela pode ser recebida com alguma perplexidade. Com efeito, a sensação geral é a de estarmos, sobretudo nos últimos meses, a experimentar um processo de empobrecimento colectivo, uma vez que os custos associados à alimentação, à energia, à habitação e ao consumo de outros bens e serviços têm aumentado a um ritmo mais acelerado do que o crescimento dos salários e das prestações sociais. E, em alguns casos, como no que se refere aos produtos alimentares que compõem o cabaz básico, a evolução dos preços está muito acima da taxa média de inflação, já de si elevada. Como podemos, então, explicar estes números? Estamos mesmo a ficar mais pobres ou a percepção de perda não traduz a realidade?

Antes de mais, convém clarificar que há várias formas de aferir a pobreza. A taxa de risco de pobreza mede a proporção de pessoas que vivem com rendimentos inferiores a 60% da mediana dos rendimentos da população, enquanto a taxa de risco de pobreza após transferências sociais incorpora já os respectivos efeitos. Importa referir que estas transferências incluem diferentes componentes. Por exemplo, as pensões que, na sua grande maioria, são rendimento de trabalho diferido. É, aliás, por isso, que alguns estudos não incluem as pensões quando analisam o efeito redistributivo das prestações sociais nas desigualdades de rendimento. Em vez disso, avaliam apenas o impacto de outras transferências relacionadas com a doença e incapacidade, a família, o desemprego ou a inclusão social. De todo o modo, a diferença entre as duas formas de cálculo revela a importância das políticas de redistribuição de rendimento e de protecção social na redução da pobreza. Se a taxa de risco de pobreza após as transferên-

cias sociais for significativamente menor do que a taxa de risco de pobreza, isso indica o impacto positivo das transferências. No caso português, é inquestionável que elas reduzem substancialmente a taxa de pobreza, como demonstrado nas figuras abaixo. Contudo, por si só, estão muito longe de resolver o problema. Para lá de medidas que devem ter um carácter temporário, uma vez que o ideal é permitir que o maior número de pessoas transite para um grau de protecção mais elevado, outras políticas transversais e articuladas são importantes. Por exemplo, no domínio do trabalho e emprego, onde são necessárias alterações na regulação, valorização e protecção do trabalho, e na área da educação e da saúde.

Vejamos a situação recente em Portugal. Foi, com alguma frequência, mencionado que a taxa da pobreza diminuiu dois pontos percentuais (p.p.), o que corresponde a menos 300 mil pessoas a viver em situação de pobreza face a 2020. Ora, quando se analisa a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social, o seu valor é de 43,5%, no ano de 2020, tendo recuado em 2021 para 43,3%, ou seja, apenas duas décimas (ver Gráfico 1). Já ao examinar os números da população em risco de pobreza após transferências, estes situavam-se em 18,4% em 2020, tendo caído para 16,4% em 2021 (ver Gráfico 2). Isolando o efeito das pensões (dos sistemas contributivo e não contributivo), a taxa desce de 23% para 21,5%, um recuo de 1,5 p.p. Esta quebra atingiu todos os grupos da população, mas com expressão mais acentuada nos idosos. Tal aconteceu já no início da recuperação dos impactos socioeconómicos da pandemia, no ano em que Portugal voltou a ter crescimento económico positivo, após a quebra acentuada vivida em 2020.

Esta questão assume outros contornos quando colocamos estes números num quadro temporal mais alargado. A percentagem de portugueses em situação de

pobreza rondava os 18%, tendo aumentado durante os anos de ajustamento estrutural e de presença da Troika, atingindo os 19,5%. A partir de 2015, os números começam a cair, atingindo valores similares aos do período anterior à intervenção apenas em 2017. Esta tendência de diminuição do risco da pobreza foi interrompida em 2020, fruto dos impactos da pandemia e das medidas de contenção adoptadas, como aconteceu por todo o mundo. É de sublinhar que a diminuição sustentada da pobreza a nível global – com alguns países a atingirem quebras extraordinárias, como é o caso da China – verificou-se sempre ao longo das três últimas décadas, excepto a partir de 2020, em resultado da pandemia, da guerra e da inflação. Assim, em Portugal, o primeiro ano da crise sanitária foi acompanhado de uma subida rápida da pobreza, que se situou nos 18,4% da população. Em 2021, na sequência da descida de dois pontos, a taxa de risco de pobreza atingia 16,4% da

população, uma taxa levemente mais elevada do que no momento que antecedeu o início da pandemia, situada nos 16,2%. Desta forma, o recente anúncio de diminuição acentuada do risco de pobreza no decorrer de 2021 é verídico, dado que há, efectivamente, uma quebra de 2 p.p. Porém, ao confrontarmos estes números com o caminho que tem sido traçado nos últimos anos, verificamos que, na realidade, se trata de retomar o «curso normal», que havia sido abruptamente desviado, devido à crise associada à Covid-19.

A importância das políticas públicas

Estes dados permitem insistir na importância das políticas públicas para o combate à pobreza, uma vez que demonstram que a presença de medidas tem efeitos positivos. Além disso, é necessário frisar que as políticas de protecção extraordinárias implementadas pelo governo logo

Gráfico 1. Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social



<https://datalabor.pt/data/C50aap3ArhX?uaCOIC3H=Wylna5Hd7&ggqxwwj5=d5-72pLd5j>

no início da pandemia, incluindo algumas prorrogações durante o ano de 2021, conseguiram mitigar o aumento da pobreza num contexto extremamente adverso. Ainda que os números se tenham elevado durante este período de confinamento e de diminuição acentuada da actividade económica, na ausência de acção a situação teria sido seguramente pior. Mas estes dados apontam também para uma urgência no que concerne à adopção de medidas complementares. Cumprir o objectivo plasmado na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de retirar 660 mil pessoas da pobreza entre 2021 e 2030, que corresponde a uma diminuição da taxa de pobreza para 10%, requer um esforço adicional, que passa por colocar em prática um conjunto articulado de medidas em diversos sectores que vão desde a habitação à coesão territorial, passando pela saúde e educação, com especial atenção a segmentos cumulativamente desfavorecidos (pobreza infantil e suas famílias, pobreza entre trabalhadores ou desempregados).

No actual contexto, o desafio parece agigantar-se. Apesar dos dados divulgados no início de 2023, esta caracterização da pobreza diz respeito ao ano de 2021. Quer isto dizer que estas fotografias não captam ainda os efeitos resultantes da inflação, que já se começava a fazer sentir, mas que foi impulsionada no primeiro trimestre de 2022, entre outros factores, devido à invasão da Ucrânia.

Na verdade, assim que os impactos da Covid-19 sobre as famílias portuguesas

perderam alguma intensidade, os preços dos combustíveis começaram a aumentar e acentuou-se também a tendência de subida relativamente a bens alimentares e à habitação. A alta generalizada dos preços corrói o poder de compra das famílias, num contexto de aumentos dos salários nominais muito inferiores aos da inflação, diminuindo o poder de compra dos salários. Acresce que os custos sociais gerados pela inflação tendem a ser inversamente relacionados com o nível de rendimento dos indivíduos, penalizando sobretudo os mais pobres, cuja capacidade para acomodar as necessidades básicas fica ainda mais limitada. Estes são os mais afectados, mas não são os únicos. Só os salários dos gestores viram o seu poder de compra protegido em 2022^[1].

Esticar um cobertor cada vez mais curto

As manifestações desta pressão inflacionária são então diversas e podem atingir não só os mais vulneráveis como também outras camadas da população. Estamos a falar de alterações no padrão de consumo de alimentos ou mesmo insegurança alimentar, pobreza energética, alterações aos modos de utilização dos transportes, dificuldade em encontrar casa a preços razoáveis, limitações no acesso à cultura, entre tantas outras. Todas estas dificuldades concorrem para uma situação dolorosa e que se apresenta, por sua vez, como uma nova barreira: a ansiedade financeira per-

manente em que vivem crescentemente as famílias, que mês após mês se esforçam por esticar um cobertor cada vez mais curto. É neste sentido que se torna fundamental considerar os custos das necessidades básicas na monitorização dos níveis de pobreza e de bem-estar.

Ao captar o custo de vida, ou seja, dados e informações sobre preços, a visão sobre o problema da pobreza e privação material fica indubitavelmente mais completa e precisa no actual contexto. Portugal, como aliás a generalidade dos países, viu os custos de vida aumentar significativamente, o que não está reflectido nos números acima. Sobreleva-se aqui o facto de a taxa de inflação em Portugal ter fechado no último ano em valores próximos dos da zona euro, ou seja, ao redor de 10%. Contudo, registam-se diferenças de variação assinaláveis no caso dos alimentos, com o cabaz essencial a atingir máximos históricos, devido à elevação dos preços na ordem de 24%. Entre os dez bens e serviços que mais subiram em Portugal em 2022, quando comparada a situação nacional com o resto da zona euro, oito são produtos alimentares, indicador do peso e influência que estes estão a desempenhar na crise inflacionista entre nós^[2].

A crescer a um ritmo também acima da inflação estão os custos associados à habitação, situação que se verifica em todo o país, mas que tem maior incidência em algumas áreas, como nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. É certo que as famílias em situação mais vulnerável têm sido apoiadas, no sentido de mitigar o impacto da subida dos preços nos seus orçamentos – por exemplo, através de prestações monetárias pagas de uma só vez ou do aumento do Indexante de Apoios Sociais (IAS) em linha com a inflação. Mas quantas mais famílias, situadas em zonas de fronteira, em equilíbrios precários ligeiramente acima das linhas de elegibilidade, não estarão a conseguir comportar as suas necessidades básicas neste período?

Além destas métricas, é possível recorrer a outros indicadores que apontam as dificuldades crescentes enfrentadas pelas famílias portuguesas, tais como os rendimentos monetários líquidos. Estes englobam rendimentos de trabalho, capital, propriedade, pensões e outras transferências sociais, após a dedução de impostos

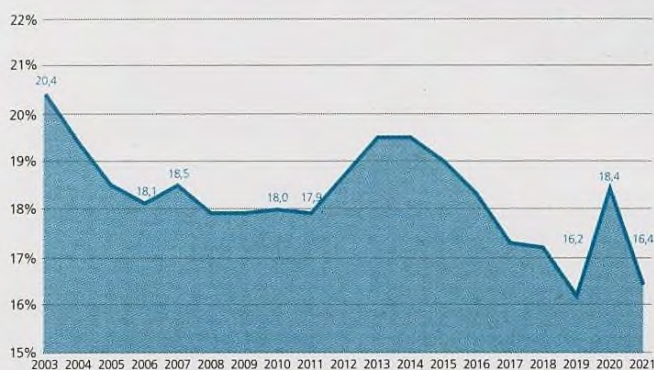
e contribuições sociais. São divididos por cada membro do agregado em termos de adulto equivalente, o que quer dizer que cada membro da família tem um peso diferente. De acordo com o INE, estes rendimentos caíram 0,7% em 2021 relativamente a 2020. É de ter em consideração que este recuo se refere à mediana de rendimentos (que passou de 11 089 euros em 2020 para 11 014 euros em 2021). Por outro lado, importa também ressaltar que, tratando-se de valores medianos (e o mesmo acontece com valores médios), eles «ocultam» os comportamentos das margens, no sentido em que não dão conta das variações na base e no topo.

A crise financeira e o impacto da pandemia aceleraram um clima de mal-estar social e económico. Soma-se agora mais esta crise. É muito visível o descontentamento em vários sectores da população e classes profissionais. Ele está aí e, se nada for feito, com tendência para alastrar, como ficou patente na recente manifestação de 25 de Fevereiro passado, em protesto contra a actual situação, na tentativa de influenciar a agenda política no sentido da adopção de medidas de resposta à crise mais robustas e igualitárias.

Dado que o aumento dos preços reduziu significativamente o rendimento real das famílias, a relação entre inflação, desigualdade social e pobreza é uma questão que deve ser acompanhada de perto, sobretudo no actual cenário. A pressão inflacionista sobre o bem-estar, especialmente das famílias mais pobres, mas também junto da classe média baixa, pode ser uma boa razão para aprofundar uma discussão séria e ampla em torno do tema. Muita da pobreza e do empobrecimento decorre directamente da debilidade económica do nosso país, dos baixos salários e de intermitências laborais. E não serão superados se isso não for tido em conta, pois só assim serão criados mais e melhores empregos (o que não é incompatível), que, simultaneamente, contribuam para robustecer o sistema público de Segurança Social, que se pretende que vá para lá de mínimos oscilantes (ao sabor de opções de política nem sempre certas). ■

* Respectivamente, membro do CoLABOR e do CIES_ISCTE, e membro do CoLABOR e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Gráfico 2. Taxa de risco de pobreza após transferências sociais



<https://datalabor.pt/data/C50aap3ArhX7juC0iC3H=WynaSHd7&ggXwvj5=95taPkM8&LdHIAstrmO=JCEHI1F8>

[1] Vicente Ferreira, «Os salários não podem acompanhar a inflação... exceto para os gestores», Setenta e Quatro, 14 de Fevereiro de 2023, <https://setentaquatro.pt>.

[2] Sérgio Anibal e Isabel Aveiro, «Preço dos alimentos estão a subir mais em Portugal do que na zona euro», Público, 25 de Fevereiro de 2023, www.publico.pt.

LE MONDE diplomatique

EDIÇÃO PORTUGUESA

MENSAL . II SÉRIE . N.º 197 . MARÇO 2023 . 4,90 EUROS . DIRECTORA: SANDRA MONTEIRO

Tróia, Comporta, Melides:
império do golfe
à beira-mar
LUÍS FAZENDEIRO

A economia mesmo política da habitação

Em Fevereiro, o governo anunciou um pacote de medidas para enfrentar uma crise habitacional que, não sendo nova, assumiu com a crise inflacionária proporções verdadeiramente catastróficas. Os partidos da direita neoliberal e ultraliberal, que não podem limitar-se a saudar, por estratégia de oposição, os incentivos fiscais e estímulos à iniciativa privada que o pacote contém, inventaram um suposto «ataque ao direito de propriedade» para desviar as atenções do essencial: o investimento especulativo no imobiliário é a causa do problema e impede o direito à função social da habitação.

ANA CORDEIRO SANTOS

Uma aposta arriscada

BENOÎT BRÉVILLE

As entregas devem limitar-se a «material defensivo». Para evitar a escalada e para impedir uma «confrontação directa entre a OTAN e a Rússia», que para o presidente Joe Biden é sinónimo de «terceira guerra mundial». Um ano depois da agressão da Ucrânia pela Rússia, os equipamentos de protecção fornecidos pelo campo ocidental transformaram-se em helicópteros Mi-17, em canhões Howitzer 155 mm, em drones kamikazes, em lançadores de longo alcance, em carros de combate Abrams e Leopard. Os limites colocados num dia foram ultrapassados no dia seguinte. Quando, a 31 de Janeiro último, Biden garante que o seu país não entregará os aviões de combate reclamados por Kiev, já se adivinha o que se segue. Aliás, nos círculos militares já se fazem comparações entre as virtudes do Gripen sueco e as do F-16 norte-americano.

Porque nada parece poder parar a escalada das armas, que agora ocupa o lugar das negociações. «Fazer o campo de batalha pender a favor da Ucrânia» ter-se-á tornado, segundo Washington, «a melhor forma de acelerar a perspectiva de uma verdadeira diplomacia»^[1]. Recorrendo a declarações marciais («Apoiaremos o povo ucraniano durante o tempo que for preciso», «A Ucrânia vencerá»), Biden empenhou o crédito do seu país: depois da debandada afegã, qualquer recuo seria visto como um sinal de fraqueza. E no caso da União Europeia, que também se envolveu muito, seria visto como uma humilhação estratégica. Vladimir Putin, por seu lado, mobiliza as forças necessárias para atingir os seus objectivos, num conflito que entende ser vital e que compromete o destino nacional. A ideia de que uma Rússia encurralada aceitaria a sua própria derrota, em vez de utilizar armas mais destruidoras, é uma aposta arriscada.

A questão da mobilização de tropas ocidentais pode vir a colocar-se em breve. Por agora, Washington recusa-se a fazê-lo. Porém, não declarava o presidente Lyndon Johnson, em Outubro de 1964, que «não vamos enviar rapazes americanos a 9 ou 10 milhas de casa para fazerem o que os rapazes asiáticos deveriam fazer por eles próprios»^[2]? Alguns meses mais tarde, mudou de opinião. A partir de 1965 iriam desembarcar no Vietname três milhões de «rapazes americanos». Destes, 58 300 nunca voltaram.

Uma vitória impossível, um atolamento previsível, uma obstinação no erro apenas para não perder a face: não é apenas aos russos que este destino está reservado. No Iraque e no Afeganistão, os Estados Unidos demonstraram a sua incapacidade para tirar lições do seu envolvimento no Vietname. É por isso para Kiev que o antigo vice-ministro da Defesa Nguyen Chi Vinh se volta, mostrando-lhe o espelho da história: «Devíamos dizer aos nossos amigos ucranianos que não é sensato deixar que o seu país se torne uma arena das políticas de potências, se apoie na força militar para enfrentar o seu imenso vizinho e tome partido numa rivalidade entre grandes potências»^[3]. Apoiada na OTAN e equipada com materiais resplandecentes, a Ucrânia fixa agora objectivos de guerra desmedidos, como a reconquista da Crimeia. Os ocidentais, encorajando esta linha dura, garantem que o conflito vai perdurar, ampliar-se, agravar-se.

[1] Conferência de imprensa de Anthony Blinken, secretário de Estado, Washington, 8 de Fevereiro de 2023.

[2] Discurso na Universidade de Akron (Ohio), 21 de Outubro de 1964.

[3] Citado em Hoang Thi Ha, «The Russia-Ukraine war: Parallels and lessons for Vietnam», Fulcrum, 14 de Março de 2022, <https://fulcrum.sj>.



ANDRÉ LUZ . A terceira das circo (da canção do Sérgio) (2023) www.andreuluzdesign.com

ENSINO SUPERIOR

RJIES: que caminho de mudança?

PEDRO OLIVEIRA

SOCIEDADE

Menos pobres, mais empobrecimento

JORGE CALEIRAS e MARIA CLARA OLIVEIRA

MEDIA

Comunicação social,
a vanguarda do partido da guerra

SERGE HALIMI e PIERRE RIMBERT

MÉDIO ORIENTE

Na Turquia, a abalada presidência
de Erdogan

ARIANE BONZON

ÁSIA

O Japão vira a página do pacifismo

JORDAN POUILLE

FEMINISMO

Violência sexista: reprimir não basta

ELSA JOHNSTONE e VINCENT SIZAIRE